

# 1º de outubro: Dia da Vergonha

Neste 1º de outubro, os profissionais de educação das escolas públicas do Rio de Janeiro novamente estão na rua para lembrar dos acontecimentos ocorridos há um ano nesta mesma praça. No ano passado, os governos estadual e municipal utilizaram a Polícia Militar e a Guarda Municipal para implantar um verdadeiro estado de sítio, cercando todo o entorno da Câmara Municipal, para evitar que os profissionais das escolas municipais do Rio, profissionais de outras redes e manifestantes do movimento civil acompanhassem a votação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) da Educação Municipal.

Como se não bastasse o ataque ao direito de ir e vir da população e ao direito democrático da categoria de acompanhar a votação de um projeto fundamental, as forças de segurança utilizaram de uma violência extremada, ferindo professores, funcionários, estudantes e aposentados da educação, além de outros manifestantes.

A criminalização dos movimentos sociais e a repressão contra o direito das manifestações se tornou uma marca dos governadores Cabral/Pezão e do prefeito Eduardo Paes. A greve unificada da educação de 2014, combatida por eles com perseguição e punição aos grevistas, sem que a paralisação fosse julgada pela Justiça, é uma prova de como eles tratam a luta legítima dos profissionais pela educação pública e de qualidade. Até hoje, profissionais do estado e município sofrem com descontos nos salários por causa da greve, processos judiciais e ameaças de prisão, numa clara demonstração de como os governos Cabral/Pezão e Paes não cumprem a lei e desrespeitam o legítimo direito de greve dos servidores.

Como mais uma prova da disposição dos governantes de reprimir o movimento dos trabalhadores, agora, o governo Pezão ameaça cortar licenças sindicais da direção do Sepe, com o intuito de impedir a atuação do sindicato e atacar a livre organização dos trabalhadores. Tanto Cabral, como seu sucessor Pezão e o prefeito Eduardo Paes até hoje não cumpriram a Lei e não implementaram o 1/3 da carga horária para planejamento de aulas, além de não investir o que deveriam na escola pública estadual e municipal.

A população do Rio não pode aceitar que práticas do tempo da ditadura militar voltem a ser utilizadas por governos eleitos pelo voto para impedir que os movimentos sociais lutem por uma sociedade mais justa e por uma escola pública de qualidade para os filhos dos trabalhadores. Não vamos esquecer que os governos estadual e municipal colocaram a polícia para agredir e reprimir os educadores, para garantir a aprovação de um plano de carreira que não contemplava as reivindicações da categoria.

Hoje, completado um ano da passagem deste verdadeiro dia da vergonha, os profissionais de educação, mais uma vez, mostram para os governantes que não têm compromisso com a democracia que continuamos na rua, lutando por uma escola pública de qualidade e pela valorização dos profissionais que nela trabalham, mesmo com as condições precárias que nos são oferecidas para o exercício da nossa profissão.



SEPE RJ – SINDICATO ESTADUAL DOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO